

O Brasil rural e sua evolução

Em 1920, o Brasil contabilizava uma população de 27,5 milhões de habitantes e contava, apenas, com 74 cidades maiores do que vinte mil habitantes, nas quais residiam 4,6 milhões de pessoas, ou seja, 17% do total da população brasileira. Dos que residiam nas cidades, mais da metade deles se concentrava na Região Sudeste.

A grande expansão urbana no Brasil, como um componente fundamental das mudanças estruturais na sociedade brasileira, ocorreu na segunda metade do século XX. Somente na década de 1960 a população urbana tornou-se superior à rural. Portanto, o rápido processo de urbanização é um fenômeno estrutural relativamente recente, tendo o seu auge medido pela velocidade do crescimento da população urbana, entre os anos 1950 e 1970

Hoje, em 2015, 54 % da população mundial vive em áreas urbanas.

Hoje, em 2015, 86% da população brasileira vive em áreas urbanas.

Êxodo rural cai pela metade em uma década, diz IBGE

Matheus Lombardi
Do UOL Economia
Em São Paulo

O censo demográfico 2010 do IBGE mostrou que o número de pessoas que moram em áreas rurais continua diminuindo no país, porém num ritmo menor do que na década anterior. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (29).

De acordo com a pesquisa, a população rural no país perdeu 2 milhões de pessoas entre 2000 e 2010, o que representa metade dos 4 milhões que foram para as cidades na década anterior.

No último censo, a média de habitantes que deixavam a zona rural era de 1,31% a cada ano, enquanto na atual amostra a média caiu para 0,65%.

Para o técnico do IBGE Fernando Albuquerque, o movimento de pessoas que saem da zona rural para as cidades, que teve início na década de 1970, está perdendo a força.

* Nas décadas de 1970 e 1980, os grandes movimentos migratórios ocorriam em função da mecanização da agricultura e a consequente expulsão da mão de obra. Agora, esse movimento continua ocorrendo, porém em uma intensidade

menor", disse.

Segundo o estudo, a região Sudeste foi a que mais perdeu população rural, caindo de 6,9 milhões para 5,7 milhões (-17,4%). As regiões Sul e Nordeste também tiveram perda de população do campo. O Nordeste sozinho concentra quase metade da população rural do país (14,3 milhões de um total de 29,8 milhões).

Norte e Centro-Oeste

Nas regiões Norte e Centro-Oeste ocorreram movimentos inversos, com o aumento da população rural (4,2 milhões e 1,6 milhão, respectivamente). A região Norte concentra os quatro Estados que tiveram a maior taxa de crescimento da população rural no período (Roraima, Amapá, Pará e Acre).

"O Norte ainda atrai pessoas para a área rural principalmente pela mineração e, no Centro-Oeste, o movimento ocorre pelo forte desenvolvimento da agricultura da região", declarou Albuquerque.

Para o especialista do IBGE, esse ritmo de saída de pessoas do campo deve diminuir ainda mais. "Os programas sociais do governo ajudam a manter a população em suas cidades de origem. Devemos ver esse êxodo rural enfraquecer", afirmou.

Brasil é cada vez mais um país urbano

O aumento de quase 23 milhões de pessoas que vivem nas cidades (num total de 160,9 milhões de pessoas) resultou em um grau maior de urbanização, que passou de 81,2% em 2000, para 84,4% em 2010.

Hoje, a população brasileira é de 206 473 648

DESIGUALDADE

Apesar do crescimento econômico, que levou o país a ultrapassar o Reino Unido e consolidar o sexto maior Produto Interno Bruto (PIB) do planeta, o Brasil ainda é uma nação de desigualdades. Segundo relatório sobre as cidades latino-americanas feito pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), o Brasil é o quarto país mais desigual da América Latina em distribuição de renda, ficando atrás somente de Guatemala, Honduras e Colômbia.

Entretanto, o número de pobres e indigentes no Brasil caiu pela metade em duas décadas: de 41%, em 1990, para 22% da população em 2009, e de 20,9%, em 2011, para 18,6%, em 2012. O abismo social, porém, é o maior entre os

países latinoamericanos. Os 20% mais ricos da população brasileira concentram 55% da renda, enquanto a média da região é de 47%.

A América Latina permanece com os mesmos níveis de pobreza de 2012. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal, um órgão da ONU) publicou um relatório no qual revela que 28% da população da região está abaixo da linha de pobreza. O estudo Panorama Social da América Latina 2014 mostra um estancamento desses índices nos últimos três anos. "A pobreza persiste como um fenômeno estrutural que caracteriza a sociedade latino-americana"; o Brasil se manteve estável, com um pequeno progresso de 0,6%.

Concentração de terra cresce e latifúndios equivalem a quase três estados de Sergipe

Propriedades privadas no país saltaram de 238 milhões para 244 milhões de hectares

SÃO PAULO- O Brasil registrou durante o primeiro governo da presidente Dilma Rousseff um aumento de concentração de terras em grandes propriedades privadas de pelo menos 2,5%. Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) revelam que, entre 2010 e 2014, seis milhões de hectares passaram para as mãos dos grandes proprietários - quase três vezes o estado de Sergipe. Segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural, as grandes propriedades privadas saltaram de 238 milhões para 244 milhões de hectares.

Há 130 mil grandes imóveis rurais, que concentram 47,23% de toda a área cadastrada no Incra. Para se ter uma ideia do que esse número representa, os 3,75 milhões de minifúndios (propriedades mínimas de terra) equivalem, somados, a quase um quinto disso: 10,2% da área total registrada. No governo Lula, de 2003 a 2010, o aumento das grandes propriedades, públicas e privadas, foi ainda maior do que na gestão de Dilma. Elas saltaram de 214,8 milhões, em 2003, para 318 milhões de hectares em 2010: aumento de 114 milhões de hectares.

175 MILHÕES DE HECTARES IMPRODUTIVOS

Dados do ainda inédito Atlas da Terra Brasil 2015, feito pelo CNPq/USP, mostram que 175,9 milhões de hectares são improdutivos no Brasil. O conceito de produtividade da terra no país, explica o pesquisador Ariovaldo Umbelino de Oliveira, responsável pelo atlas, atende a critérios que, se atualizados, aumentariam ainda mais a faixa considerada improdutiva.

O índice de produtividade das propriedades agrícolas só foi calculado uma vez, em 1980. Desde então, foram realizados quatro censos agropecuários, mas esse índice não foi atualizado. Assim, a medição de produtividade é feita com dados defasados. No caso da soja, ainda se considera produtiva a propriedade em que são obtidos 1.200 quilos de soja por hectare. Caso houvesse uma atualização, levando-se em conta a evolução dos meios e das técnicas de produção, o índice de produtividade iria para 3.500 quilos por hectare. Esse problema ocorre ainda no cálculo de produtividade de outras culturas.

Em nota, o Incra informou que não faz a análise de produtividade dos imóveis rurais, a não ser que eles estejam em processo de aquisição de terras para reforma agrária.

Pelo levantamento citado por Umbelino, um dos principais pesquisadores da questão agrária, em 2010, das grandes propriedades privadas e públicas (130,5 mil), 66 mil imóveis foram considerados improdutivos, não atendendo aos critérios de função social da terra. Eles somam 175,9 milhões dos 318 milhões de hectares.

- As grandes propriedades crescem, e a improdutividade é grande, o que significa que o simples fato de ter terra no Brasil, ainda que improdutivo, enriquece seus proprietários. É um problema grave da questão fundiária - diz ele.

Para o pesquisador da USP, o crescimento de 2,5% em quatro anos das grandes propriedades privadas do país mostra que a concentração de terra não tem retrocedido. O coeficiente de Gini, que mede a desigualdade, aponta essa tendência. Ele deve variar de 1 a 0, sendo que, quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade. De 1967 até 2010, última data em que foi calculado, porém, o coeficiente de Gini sobre concentração fundiária, com base em dados do Incra, apenas variou de 0,836 para 0,820.

Além do crescimento das grandes propriedades, aumentou o registro dos demais tipos de imóveis rurais públicos e privados entre 2010 e 2014; mas, na divisão da área total, diz Umbelino, o crescimento percentual maior é o das grandes propriedades públicas e privadas. Os minifúndios caíram de 8,2% para 7,8% da área total de imóveis; as pequenas propriedades, de 15,6% para 14,7%; e as médias, de 20% para 17,9%. As grandes propriedades privadas e públicas foram de 56,1% para 59,6% da área total.

Os números mais recentes apontam que 130 mil grandes proprietários de terras concentram 318 milhões de hectares. Em 2003, eram 112 mil proprietários com 215 milhões de hectares.

Mais de 100 milhões de hectares passaram para o controle desses latifundiários, que possuem em média mais de 2.400 hectares.

Ou seja, existem mais latifúndios no Brasil. E estão mais improdutivos.

Os dados demonstram também que o registro de áreas improdutivas cresceu mais do que das áreas produtivas, o que aponta para a ampliação das áreas que descumprem a **função social**.

O aumento do número de imóveis e de hectares são sinais de que mais proprietários entraram no cadastro no Incra.

Em 2003, eram 58 mil proprietários que controlavam 133 milhões de hectares improdutivos. Em 2010, são 69 mil proprietários com 228 milhões de hectares abaixo da produtividade média.

Fonte: INCRA - Janeiro/2015

Ocupação

"É uma ação organizada das famílias sem-terra na apropriação de uma área, em um latifúndio, com objetivo de pressionar o governo para a desapropriação do latifundiário e a implantação de assentamento rural. Desse modo, é um espaço de luta e resistência e tem sido a principal forma de acesso à terra"

(Fernandes, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Editora Vozes, 2000, p. 281).

Acampamento

"É um espaço de luta e resistência criado durante a ocupação da terra. Pode estar localizado em uma parte de um latifúndio, na beira da estrada ou em frente a prédios pertencentes ao governo. O acampamento é a forma como os sem-terra vêm a público revelando os seus problemas, desse modo também é uma forma de pressão dos sem-terra para agilizar as negociações referentes às suas reivindicações" (Fernandes, Bernardo Mançano. Pequeno Vocabulário da Luta pela Terra. Inédito). V. também ASSENTAMENTO e TERRITORIALIZAÇÃO.

NOS ESTUDOS a respeito do desenvolvimento rural têm-se destacado, principalmente, as análises das dimensões econômicas através de políticas setoriais. Neste sentido, a noção de desenvolvimento rural estão associados o crescimento da agricultura capitalista, a expropriação dos pequenos produtores e o êxodo rural. Nesse processo são gerados conflitos sociais, nos quais são construídas experiências populares de resistência a determinadas políticas econômicas, e que são rechaçadas por instituições e pesquisadores. A luta pela terra é um exemplo desta importante forma de ressocialização dos sem-terra, que é vista, muitas vezes, como condição de

impedimento ao desenvolvimento. A postura de parte dos políticos, das instituições governamentais e de pesquisadores da questão agrária é a de não reconhecer a ocupação como importante forma de acesso à terra, por meio da implantação de assentamentos rurais que, de fato, tem promovido impactos sócio-territoriais em municípios e microrregiões.

No Brasil, onde a concentração fundiária é um processo histórico intocável, a luta pela terra não pode ser desconsiderada quando se discute políticas de democratização de acesso à terra. O Estado é a instituição competente para desenvolver uma política de reforma agrária, mas não tem conseguido efetivá-la. Nas últimas décadas há evidências irrefutáveis que a luta pela terra tem impulsionado as políticas compensatórias de implantação de assentamentos rurais.

Para tentar impedir essa forma de luta popular, o governo, por meio de medidas provisórias, tem criminalizado as ocupações de terras. Essa política diminuiu o número de ocupações e de implantação de assentamentos rurais. Essa foi uma opção de não-enfrentamento com os ruralistas e de repressão aos sem-terra.

Neste artigo pretendemos contribuir no debate a respeito do desenvolvimento rural, analisando a importância da luta pela terra nesse processo como condição para a intensificação do número de assentamentos rurais. Dividimos o trabalho em duas partes. Na primeira, demonstramos a importância da ocupação da terra no desentranhamento do processo de grilagem da região do Pontal do Paraná - paranema - extremo oeste do estado de São Paulo - e a reação do poder político local.

Na segunda parte, analisamos os impactos sócio-territoriais dos assentamentos rurais e a territorialização da agricultura camponesa. Esses impactos acontecem em diversas porções do território nacional, de modo que são fundamentais para a análise do desenvolvimento rural. Dessas referências, ponderamos que a luta pela terra por meio da ocupação é um elemento importante para compreendermos essas novas realidades que se manifestam no campo brasileiro.

A luta pela terra no Pontal do Paranapanema

Essa realidade começou a mudar, de fato, com as ocupações de terras realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em julho de 1990 o Movimento realizou sua primeira ocupação no Pontal, no município de Teodoro Sampaio, dando início ao processo de territorialização da luta pela terra na região. Pode-se considerar que a luta pela terra desencadeada inicialmente pelo (MST) na região, e sucedida por outros movimentos socioterritoriais isolados¹ são as únicas ações realmente efetivas no

combate à alteração da estrutura fundiária da região. Com exceção do município de Mirante do Paranapanema, onde segundo dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA, 2011), vivem atualmente cerca de 1.625 famílias distribuídas em 33 projetos de assentamentos rurais, a estrutura fundiária dos demais 32 municípios que compõem a região do Pontal do Paranapanema, sofreram pouca ou nenhuma alteração na sua estrutura fundiária nas últimas décadas.

Fonte: Por que a luta pela terra no Pontal do Paranapanema interessa ao turismo? Anderson Antonio da Silva Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP. Docente da Fatec de Presidente Prudente e Coordenador do Núcleo de Estudos Multidisciplinares - NEGRO, e-mail: anderson@fatecop.edu.br Bernardo Mançano Fernandes Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - Campus de Presidente Prudente - FCT/UNESP e Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA - Bolsista Produtividade CNPq 1C

Da grilagem às ocupações de terras no Pontal: luta e desenvolvimento

No dia 20 de maio de 2001, em uma entrevista ao jornal Oeste Notícias, o prefeito Agripino Lima declarou que uma das razões do crescimento da população urbana de Presidente Prudente é a invasão de terras. O prefeito referia-se à intensificação das ocupações de terras realizadas pelos movimentos populares no Pontal do Paranapanema, durante a década de 1990. Na interpretação do prefeito, por causa das ocupações, os fazendeiros deixaram de investir, resultando no êxodo das famílias que trabalhavam nas fazendas.

Essa leitura da questão agrária regional também é defendida pela União Democrática Ruralista (UDR). Segundo essa organização, "as ocupações impediriam o desenvolvimento econômico do Pontal". Essa é a interpretação da elite que por mais de um século controla o poder político local. Interpreta a realidade segundo os seus privilégios, de modo que toda ação contrária aos seus proveitos é, evidentemente, um estorvo aos seus interesses.

O prefeito também é presidente da União dos Municípios do Pontal do Paranapanema onde procura propagar essa leitura da realidade agrária. Tal interpretação dissimula um importante processo de desenvolvimento rural da região: a implantação de assentamentos rurais que tem na luta pela terra o seu principal fator. Sem as ocupações de terra, a maior parte das quase cinco mil famílias assentadas não teria a terra, onde hoje moram e trabalham.

Para compreender melhor esta questão, é preciso uma breve retrospectiva histórica da ocupação da região. Grande parte das terras do Pontal do Paranapanema começou a ser grilada desde a segunda metade do século XIX (2 com a formação do grilo fazenda Pirapó-Santo Anastácio, com área de 238 mil alqueires. Até a década de 90, com exceção das lutas de resistência de posseiros e de movimentos sociais isolados, os grileiros não encontraram maiores problemas no processo político de assenhoreamento das terras devolutas do Pontal. Não faltaram ações do Estado para tentar impedir esse processo de grilagem. Em 1889, o governo da província de São Paulo julgara impréstável o requerimento de legitimação das terras da Pirapó-Santo Anastácio. Na década de 40, foram criadas três reservas. Todavia, tais iniciativas não foram suficientes para evitar a voracidade dos grileiros, que praticamente destruíram a Grande Reserva do Pontal. Essa realidade começou a mudar, de fato, com as ocupações de terras realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em julho de 1990 o Movimento realizou sua primeira ocupação no Pontal, no município de Teodoro Sampaio, iniciando o processo de territorialização de luta pela terra na região, causando um significativo impacto sócio-territorial.

No período 1990-2000, por meio do trabalho de base, milhares de famílias organizadas no MST realizaram centenas de ocupações de terras no Pontal. Essas ocupações pressionaram o Estado para que retomasse as terras devolutas do Pontal.

CENTRAL PROCESSO DO MST:

Durante um século, os latifundiários mantiveram as terras devolutas sob seus jugos, grilando quase um milhão de hectares. De 1990 a 2000 os sem-terra executaram 336 ocupações, conquistando quase cem mil hectares, desentranhando um dos grilos mais famosos do estado de São Paulo. Esse longo e amplo processo de grilagem terminou com o confronto entre latifundiários e sem-terra, que na década de 90 transformou o Pontal em uma das regiões com o maior número de conflitos por terra do Brasil. Por meio dessas ações o MST pressionou o governo estadual para desapropriar as áreas ocupadas e desafiou os latifundiários - grileiros, que pela primeira vez enfrentaram um movimento camponês organizado.

Todavia, a reivindicação dos sem-terra não teve ressonância imediata no governo paulista. O governo Quêrcia tratou a primeira ocupação do MST no Pontal não como uma ação própria de um problema agrário, mas como um problema de polícia. Essa situação não mudou com o governador Fleury, contudo, em sua gestão, as ocupações cresceram de cinco, em 1991, para 40 em 1994, e o número de famílias dobrou. Nesse período, os sem-terra intensificaram as ocupações no município de Mirante do Paranapanema, cujas terras, em sua maior parte, foram julgadas devolutas em 1947, mas permaneceram em poder dos grileiros. Por meio das ocupações, os sem-terra

colocaram na pauta política a questão da devolutividade das terras do Pontal.

Entre 1995 e 1998 o número de ocupações cresceu com a espacialização da luta pela terra para 21 municípios da região. A intensificação da luta foi acompanhada pelo aumento da repressão pelos latifundiários e pelo Poder Judiciário. Nesse período, várias pessoas foram feridas nos confrontos com jagunços e várias lideranças do MST foram presas, acusadas de formação de bando e quadrilha. Essa luta resultou numa importante conquista política para os sem-terra. Desde 1995, o governo Covas, por meio do Instituto de Terras do Estado de São Paulo, iniciou um processo de arrecadação de parte das áreas julgadas devolutas e implantou um plano de ações discriminatórias para identificar as terras devolutas do Pontal, principalmente em áreas com mais de 500 hectares.

O processo de espacialização da luta pela terra executada pelo MST iniciou-se com os trabalhos de base nas periferias das cidades, desenvolveu-se na organização das famílias, consumando-se nas ocupações das terras devolutas. Desde esse momento, desdobra-se em manifestações, entre as quais, as marchas, os atos públicos e as ocupações de prédios do governo, exigindo a negociação e procurando mudar a conjuntura política. A espacialização da luta no município de Mirante do Paranapanema, onde foram realizadas 128 ocupações entre 1991 e 1998, é exemplo da persistência desse processo.

Sem dúvida, esse processo causou um importante impacto sócio-territorial no Pontal, com a implantação de assentamentos, promovendo o desenvolvimento rural. Um dos indicadores desse impacto é o crescimento populacional da maior parte dos municípios, onde foram realizadas as ocupações.

Ao contrário do afirmado pelo prefeito, o crescimento da população urbana de Presidente Prudente, ou o de outros municípios da região, não está associado às ocupações de terra, que desestimulariam os investimentos econômicos e provocariam a migração das famílias para a cidade. Com uma breve leitura do decréscimo da população rural e crescimento da população urbana do Pontal, observamos uma outra realidade. Nas décadas de 70 e 80, auge da implantação do atual modelo econômico da agropecuária - que privilegiou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa - ocorreram os maiores índices de decréscimo da população rural. Esse modelo de desenvolvimento provocou intenso êxodo rural, quando todas as cidades do Pontal perderam grande parte de sua população rural. Nesse período, em quase todo o Brasil, a trajetória de grande parte das famílias camponesas foi em direção às cidades, desde a cidade do seu município à cidade pólo da região e rumo às metrópoles. Outra parte migrou para outras regiões do país, em busca de novas terras. A

não-realização da reforma agrária e a inexistência de uma política agrícola destinada à agricultura camponesa foram fatores que intensificaram a expropriação e a expulsão dos pequenos agricultores.

Todavia, na década de 1990, o percentual de decréscimo da população na região foi de apenas 2,2% negativos. De fato não foi a "modernização da agricultura" a razão da diminuição desse percentual, mas um fator fundamental: a luta pela terra que, por meio das ocupações, possibilitou o retorno de milhares de famílias ao campo. Sem a criação dos assentamentos rurais este percentual negativo seria diferente e estaria mais próximo dos índices das décadas passadas.

A luta pela terra: o começo de um acampamento
http://www.landless-voices.org/vieira/resources/images/salg_010_med.jpg

Autor: Sebastião Salgado

Ocupação da fazenda Giacometi, latifúndio de 83 mil hectares em áreas contínuas, o maior do Paraná, de propriedade de um grupo econômico do Rio Grande do Sul especializado na extração de madeira. No início da década de 80, o governo havia decretado a desapropriação da área por ser esta um latifúndio por dimensão. Porém, como o grupo proprietário da Giacometi era próximo ao esquema político dominante na época no Paraná, o processo de desapropriação foi arquivado.

Afinal, a ocupação da fazenda por mais de 3 mil famílias, criando um fato jurídico, obrigará o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a iniciar o processo de exame da área, visando sua identificação como latifúndio. A etapa seguinte será a da desapropriação e o pagamento dos proprietários com os títulos do tesouro nacional. Se o processo atingir o seu fim, a área será suficiente para a instalação de mais 4 mil famílias, que irão gerar, com suas atividades produtivas, em torno 8 mil empregos diretos. Paraná, 1996.

Salgado, Sebastião. Terra. Introdução de José Saramago. Versos de Chico Buarque. São Paulo: Companhia das Letras, 1997: 124 (fotografia), 142 (legenda).

http://www.landless-voices.org/vieira/resources/images/salg_015_med.jpg
 A luta pela terra: a marcha de uma coluna humana
http://www.landless-voices.org/vieira/resources/images/salg_015_med.jpg

As fotografias de Sebastião Salgado representam uma das simbologias mais

fortes do MST. Como não se arrepiar com os camponeses rompendo cercas e erguendo suas ferramentas de trabalho? Como não sorrir diante dos Sem Terra estudando, como não chorar diante dos mártires caídos? O livro Terra, cujas imagens rodaram o mundo divulgando a realidade do campo brasileiro, conta ainda com o prefácio de José Saramago, e com um CD de Chico Buarque. O livro foi lançado em 1997, e financiou a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes, principal centro de formação do MST. filmes como O Veneno Está na Mesa 2, Terra para Rose e o Sonho de Rose, além do documentário sobre Sebastião Salgado, O Sal da Terra. A Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. acredita na agroecologia e na Reforma Agrária para por fim ao agrotóxico e um Brasil mais saudável e questionar a ciência. A construção do conhecimento a partir de outras práticas nos trouxe um grande aprendizado, e permitiu a uma ampla rede de pesquisadores mostrar como a questão dos agrotóxicos é estrutural na forma como o capital se coloca no prato dos brasileiros. Esse modelo é incompatível com a produção de alimentos saudáveis, é impossível outra perspectiva com o agronegócio. Daí a necessidade da agroecologia",

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) é um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil, tendo como foco as questões do trabalhador do campo, principalmente no tocante à luta pela reforma agrária brasileira. Como se sabe, no Brasil prevaleceu historicamente uma desigualdade do acesso à terra, consequência direta de uma organização social patrimonialista e patriarcalista ao longo de séculos, predominando o grande latifúndio como sinônimo de poder. Desta forma, dada a concentração fundiária, as camadas menos favorecidas como escravos, ex-escravos ou homens livres de classes menos abastadas teriam maiores dificuldades à posse da terra.

Assim, do Brasil colonial da monocultura a este do agronegócio em pleno século XXI, o que prevalece é a concentração fundiária, o que traz à tona a necessidade da discussão e da luta política como a encabeçada pelo MST.

Conforme Bernardo M. Fernandes em seu livro A formação do MST no Brasil (2000), o MST nasceu da ocupação da terra e tem nesta ação seu instrumento de luta contra a concentração fundiária e o próprio Estado. Segundo este autor, pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra intensificam a luta, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais.

A organização do MST enquanto movimento social começou nos anos 80 do século passado e hoje já se faz presente em 24 estados da federação, fato que ilustra sua representatividade em termos nacionais. A fundação deste movimento se deu em um contexto político no qual o duro regime militar que se iniciava na década de 60 do século passado chegava ao fim, permitindo à sociedade civil brasileira uma abertura política para reivindicações e

debates. Neste contexto de redemocratização do país, em 1985 surgiu a proposta para a elaboração do primeiro PNRA (Plano Nacional da Reforma Agrária). Sua segunda versão (II PNRA) foi proposta apenas em 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os objetivos do MST, para além da reforma agrária, estão no bojo das discussões sobre as transformações sociais importantes ao Brasil, principalmente àquelas no tocante à inclusão social. Se por um lado existiram avanços e conquistas nesta luta, ainda há muito por se fazer em relação à reforma agrária no Brasil, seja em termos de desapropriação e assentamento, seja em relação à qualidade da infraestrutura disponível às famílias já assentadas. Segundo dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o número de famílias assentadas nestes últimos anos foi de 614.093, sendo criados neste mesmo período 551 assentamentos. Ainda conforme o INCRA, no total, o Brasil conta com 85,8 milhões de hectares incorporados à reforma agrária e um total de 8.763 assentamentos atendidos, onde vivem 924.263 famílias.

Os números apresentados são positivos. Porém, se levarmos em consideração as afirmações do próprio MST e de especialistas no assunto, até 2010 havia ainda cerca de 100 mil famílias acampadas pelo país, o que representa uma demanda por terra considerável por se atender, a despeito dos avanços sugeridos anteriormente. Em relação à infraestrutura disponível a estas famílias, alguns dados apresentados pela Pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária promovida pelo INCRA em 2010 são muito significativos. A pesquisa mostra que 31,04% dos assentamentos possuem disponibilidade de energia, mas com quedas constantes ou com "pouca força" e 22,39% não possui energia elétrica, o que significa que mais da metade dos domicílios não contam plenamente com este benefício. No tocante ao saneamento básico, os dados também mostram que ainda é necessário avançar, pois apenas 1,14% dos assentamentos contam com rede de esgotos, contra 64,13% (somados fossa simples e fossa "negra") que possuem fossas. A dimensão negativa destes dados repete-se na avaliação geral de outros fatores como a condição das estradas de acesso e de satisfação geral dos assentados, tornando-se mais significativa quando quase a metade dos assentados não obteve algum financiamento ou empréstimo para alavancar sua produção. Isso mostra que muito ainda deve ser feito em relação aos assentamentos, pois apenas com o acesso a terra não se garante a qualidade de vida e as condições de produção do trabalhador do campo.

Se por um lado a luta pela terra além de ser louvável é legítima, por outro, os meios praticados pelo movimento para promover suas invasões em alguns determinados casos geram muita polêmica na opinião pública. Em determinados episódios que repercutiram nacionalmente, o movimento foi acusado de ter

pautado pela violência, além de ter permeando suas ações pela esfera da ilegalidade, tanto ao invadir propriedades que, segundo o Estado, eram produtivas, como ao ter alguns de seus militantes envolvidos em depredações, incêndios, roubos e violência contra colonos dessas fazendas.

Contudo, vale ressaltar que em muitos casos a violência e a ação truculenta do Estado ao lidar com uma questão social tão importante como esta também se fazem presentes. Basta lembrarmos o episódio do massacre de Eldorado de Carajás, no Pará, em 1996, quando militantes foram mortos em confronto com a polícia. A data em que ocorreu este fato histórico, 17 de Abril, tornou-se a data do Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária. Se a polêmica da violência (seja por parte do movimento, seja do Estado) não bastasse, outras vêm à tona, como a da regularização fundiária pelo país, a qual pode atender a interesses de latifundiários e famílias ligadas ao agronegócio. Dessa forma, a despeito das críticas que recebe (não apenas por seus atos polêmicos em si, mas algumas vezes por desconhecimento da opinião pública influenciada por uma mídia que pode ser tendenciosa), o MST trata-se de um instrumento importante na transformação de uma realidade rural no país: a concentração fundiária.

A reforma agrária está entre tantas outras reformas que a sociedade brasileira tanto almeja para uma agenda de erradicação da miséria e da desigualdade, valorizando a função social da terra. Assegurar os direitos do trabalhador do campo é, ao mesmo tempo, defender sua dignidade enquanto brasileiro.

Paulo Silvino Ribeiro

Colaborador Brasil Escola

Bacharel em Ciências Sociais pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

Mestre em Sociologia pela UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Doutorando em Sociologia pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas